



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
 Rua Sourbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-970 - Sao Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0008593-18.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Banco Bradesco Sa**
 Requerido: **Lider Mercantil Ltda**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

BANCO BRADESCO S.A., já qualificado, moveu a presente ação de busca e apreensão contra **LIDER MERCANTIL LTDA.**, também qualificado, alegando tenha firmado com o réu, em 27 de julho de 2009, contrato de financiamento para aquisição de bens, sob nº 2613561, no valor de R\$141.887,27 (*cento e quarenta e um mil oitocentos e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos*), para pagamento em 48 prestações mensais e consecutivas, no valor de R\$2.373,67 (*dois mil trezentos e setenta e três reais e sessenta e sete centavos*), garantido por alienação fiduciária do seguinte bem: veículo marca **M. BENZ**, tipo carro, modelo **L 1513**, cor **vermelha**, ano 1984, placa **BWJ3635**, chassi 34500512640786.

Ocorreu que o réu deixou de realizar os pagamentos das parcelas vencidas a partir de 27.12.2011, mesmo ciente de que o inadimplemento implicaria no vencimento antecipado de toda dívida.

Constituído o réu em mora, pugnou assim pela busca e apreensão do veículo, nos termos do Decreto-lei nº 911/69, para consolidação da propriedade exclusiva do bem em seu poder.

Concedida a liminar, o bem foi apreendido e o réu, citado, deixou de apresentar resposta.

É o relatório.

DECIDO.

Segundo dispõe os parágrafos 2º e 4º, do artigo 3º, do Decreto Lei nº 911/69, o réu somente pode alegar na contestação “*o pagamento do débito vencido ou o cumprimento das obrigações contratuais*”, e sendo o pedido contestado ou não “*o juiz dará sentença de plano*” (v. RESTIFFE NETO, *Garantia Fiduciária*, 2ª ed., RT 1976, nº 114, pág. 406). Na mesma direção encontram-se a Doutrina e a jurisprudência (cf, p. ex., MOREIRA ALVES, *Da Alienação Fiduciária em Garantia*, 2ª Ed., Forense, 1979, IV, 3, páginas 164 e 169; ORLANDO GOMES, *Alienação Fiduciária em Garantia*, 4ª Ed., RT, 1975, nº 94, págs. 128 e 129).

Por outro lado, a ausência de contestação ou purgação da mora implica reputarem-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Saliente-se, ainda, que a alienação fiduciária em garantia está comprovada pelo documento de fls. 11/14; o mesmo ocorrendo com a mora, conforme instrumento de fls. 09/10. Nesse sentido há precedentes (RTJ 102/682; RT 571/135).

Demais, o não pagamento de qualquer das prestações avençadas implica o vencimento antecipado pela totalidade do débito (Decreto-Lei nº 911/69, art. 2º, parág. 3º, e art. 1º, parág. 7º, c.c. o artigo 762, III, do Código Civil de 1916).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
Rua Sourbone, 375, . - Centreville
CEP: 13560-970 - Sao Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Sendo assim, é de rigor se acolha a pretensão do autor, para tornar certa e definitiva, em suas mãos, o domínio e a posse do bem.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a presente ação para consolidar a propriedade do veículo marca **M. BENZ**, tipo caminhão, modelo L 1513, cor **vermelha**, ano **1984**, placa **BWJ3635**, chassi **34500512640786**, em mãos da instituição financeira autora, **BANCO BRADESCO S.A.**, assim como sua posse plena e exclusiva; e **CONDENO** o requerido, **LIDER MERCANTIL LTDA.**, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (*dez por cento*) sobre o valor dado à causa, atualizado.

P. R. I.

Sao Carlos, 04 de outubro de 2013.

863/13

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA